

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E IMPOSTO DE RENDA: BENEFÍCIOS SOCIAIS E PENALIDADES PELA NÃO DECLARAÇÃO

Ana Clara Gonçalves dos Santos¹
Samara Cristina de Mattos²
Thamirys Gabriele dos Santos Rosário³
Suéllen Danúbia da Silva⁴
Elimeire Alves de Oliveira⁵
Fernando Henrique Barros Mainardi⁶
Ijosiel Mendes⁷
Jairo Antônio Bertelli Francisco Gabaldi Pereira⁸
Murilo Martins Marcos⁹

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar o Imposto de Renda (IR) no Brasil, investigando seus impactos sociais, econômicos e legais, além de explorar as penalidades associadas à omissão ou erro na declaração. A pesquisa visou compreender como o IR atua como um mecanismo redistributivo e as consequências para os contribuintes que não cumprem suas obrigações fiscais. A metodologia adotada foi qualitativa, com a aplicação de um questionário que abordou temas como conhecimento sobre o IR, aproveitamento de benefícios fiscais e experiências com penalidades. Os resultados mostraram que a maioria dos contribuintes não possui um conhecimento completo sobre o IR e que muitos não utilizam os benefícios fiscais disponíveis, como deduções e restituições. Além disso, evidenciou-se que as penalidades, como multas e o bloqueio de CPF, afetam diretamente a vida financeira e administrativa dos indivíduos. A pesquisa conclui que a educação financeira é crucial para a melhoria do cumprimento das obrigações fiscais, sendo necessário implementar estratégias que promovam a conscientização e simplificação do processo de declaração. A proposta de solução inclui a criação de programas educacionais sobre o IR e a utilização de plataformas digitais para facilitar a compreensão e adesão ao sistema tributário, promovendo, assim, maior equidade e justiça fiscal.

Palavras-chave: Imposto de Renda. Educação financeira. Penalidades fiscais.

¹Discente do curso Técnico em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Futura.

²Discente do curso Técnico em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Futura.

³Discente do curso Técnico em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Futura.

⁴ Docente nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Mestrado em Administração (UNIMEP), Orcid: 0000-0002-2202-309X.

⁵Docente e Coordenadora no Curso de Pedagogia na Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4672-6013>.

⁶Docente nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Técnico em Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Futura e Teologia da Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga (FATEC) Graduado em Administração pelo Centro universitário de Votuporanga (UNIFEV) e Teologia pela Faculdade de Teologia e Ciências de Votuporanga (FATEC), Especialista em Mercado Financeiro e Banking pela Unicesumar e Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil Orcid: 0009-0005-7588-6912.

⁷ Docente nos Cursos de Administração e Pedagogia da Faculdade Futura. Graduado em Matemática, (UNIFEV), Especialista em Matemática (UNICAMP), Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR), Mestrado em Matemática (UNESP) Orcid: 0000-0003-0238-5058.

⁸Docente nos cursos de Administração, Ciências Contábeis na Faculdade Futura. Graduado em Direito (UNIFEV), especialista em Direito Processual (UNISUL) Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil. Orcid: 0000-0001-5553-4972.

⁹Psicólogo e Docente na Faculdade Futura (Grupo Educacional Faveni) de Votuporanga. Mestre em Psicologia e Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP).

ABSTRACT: This study aimed to analyze the Brazilian Income Tax (IR), focusing on its social, economic, and legal impacts, as well as the penalties associated with non-compliance or errors in the declaration process. The research sought to understand how the IR serves as a redistributive mechanism and the consequences for taxpayers who fail to meet their fiscal obligations. The methodology adopted was qualitative, employing a survey that addressed topics such as knowledge of IR, utilization of tax benefits, and experiences with penalties. The results showed that most taxpayers lack comprehensive knowledge of IR, with many failing to utilize available tax benefits such as deductions and refunds. Additionally, it was evident that penalties, such as fines and CPF blockages, directly affect individuals' financial and administrative lives. The study concludes that financial education is crucial for improving compliance with tax obligations, highlighting the need for strategies that promote awareness and simplify the declaration process. Proposed solutions include the creation of educational programs on IR and the use of digital platforms to facilitate understanding and adherence to the tax system, thereby promoting greater equity and fiscal justice.

Keywords: Income Tax. Financial education. Tax penalties.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tem ganhado destaque no cenário brasileiro, especialmente em relação ao Imposto de Renda (IR), um dos principais instrumentos de arrecadação tributária. O Imposto de Renda é essencial para o financiamento de serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura, além de permitir que os contribuintes cumpram suas obrigações fiscais. A correta declaração possibilita benefícios, como deduções e restituições que podem aliviar a carga tributária individual.

No entanto, muitos brasileiros enfrentam dificuldades com o sistema tributário devido à sua complexidade e à falta de conhecimento sobre os incentivos disponíveis, o que resulta em erros, omissões e até na ausência de declaração, acarretando penalidades financeiras e legais. Nesse contexto, a Educação Financeira desempenha um papel crucial ao capacitar os cidadãos para entenderem suas responsabilidades fiscais, maximizarem os benefícios e evitarem sanções, promovendo assim a justiça fiscal e o equilíbrio social.

A escolha deste tema se justifica pela relevância da Educação Financeira e do Imposto de Renda para a sociedade. A Educação Financeira capacita indivíduos para tomar decisões informadas sobre suas finanças pessoais e o cumprimento de suas obrigações fiscais, enquanto que o Imposto de Renda é uma ferramenta indispensável para a manutenção de serviços públicos essenciais. Compreender os benefícios e penalidades associados à declaração do imposto é fundamental para garantir a justiça tributária e promover uma cidadania fiscal consciente.

Outro fator que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa foi o Projeto de Curricularização, implementado na disciplina de Metodologia da Pesquisa, que visa integrar o conhecimento teórico com a prática de investigação científica. Ao explorar a relação entre Educação Financeira e Imposto de Renda, o projeto permite alinhar conteúdos acadêmicos com a realidade dos cidadãos, promovendo uma compreensão mais prática das questões fiscais.

O processo de declaração do Imposto de Renda é obrigatório para milhões de brasileiros e está diretamente relacionado ao financiamento de serviços públicos essenciais. Contudo, a complexidade do sistema tributário impede que muitos aproveitem os benefícios fiscais disponíveis, como as deduções de despesas médicas, educacionais e contribuições previdenciárias. Além disso, a falta de conhecimento pode levar a erros e omissões, resultando em penalidades como multas e juros. Diante disso, surge o questionamento sobre como a Educação Financeira pode auxiliar os contribuintes a identificar os benefícios fiscais e evitar penalidades associadas à omissão ou erros na declaração do Imposto de Renda?

A falta de conhecimento sobre deduções fiscais e outros incentivos demonstra a importância de se investir em Educação Financeira. Muitos contribuintes não aproveitam os benefícios disponíveis e, ao cometerem erros na declaração, acabam sendo penalizados, o que afeta suas finanças. Portanto, é essencial entender de que forma a Educação Financeira pode auxiliar na prevenção de erros e na maximização das vantagens fiscais.

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos sociais e econômicos do Imposto de Renda, abordando os benefícios gerados para a sociedade pelos contribuintes que cumprem suas obrigações fiscais e as penalidades aplicadas àqueles que não o fazem, considerando as consequências tanto individuais quanto coletivas.

Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar e discutir as principais teorias sobre Educação Financeira e sua relação com a responsabilidade fiscal dos contribuintes; analisar os conceitos de deduções fiscais e benefícios tributários no Brasil, destacando sua importância para a maximização dos ganhos financeiros dos contribuintes; investigar as penalidades aplicáveis aos contribuintes que não cumprem suas obrigações fiscais e discutir suas implicações econômicas e legais; avaliar, por meio de um questionário, o nível de conhecimento dos

contribuintes sobre os benefícios fiscais disponíveis e suas dificuldades na declaração do Imposto de Renda; investigar o impacto da Educação Financeira na prevenção de penalidades fiscais entre os contribuintes, utilizando questionários para medir a eficácia dessa formação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Financeira e a Responsabilidade Fiscal: conceitos e importância.

2.1.1 Educação Financeira

A educação financeira pode ser entendida como um conjunto de capacidades e saberes que capacitam os indivíduos a tomar decisões seguras e adequadas sobre o gerenciamento de suas finanças. Essa habilidade é essencial para assegurar o equilíbrio financeiro e evitar dívidas desnecessárias (Oliveira, 2020). Segundo o Banco Central do Brasil (2021), a educação financeira também tem um papel relevante na inclusão social, ao expandir o acesso consciente aos serviços financeiros.

Um dos principais fundamentos da educação financeira é o planejamento, que consiste em definir objetivos financeiros de curto, médio e longo prazos, além de direcionar de forma estratégica os recursos disponíveis para alcançá-los. O planejamento envolve três etapas essenciais: avaliação da condição financeira atual, definição de metas e acompanhamento orçamentário (Silva, 2019). A compreensão e aplicação desses princípios são fundamentais para alcançar uma vida financeira estável e sustentável.

2.1.2 Responsabilidade Fiscal

A responsabilidade fiscal, por outro lado, está relacionada ao dever dos gestores públicos de administrarem as finanças públicas de maneira equilibrada, garantindo que as despesas não ultrapassem as receitas e respeitando os limites legais estabelecidos. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 2000 – é o principal marco regulatório que trata dessa questão. A LRF estabelece normas para assegurar o controle rigoroso dos gastos públicos, promovendo a transparência fiscal e evitando o endividamento excessivo dos entes públicos (Brasil, 2000).

Entre os seus principais objetivos, essa legislação busca fortalecer a disciplina fiscal e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, prevenindo crises de insolvência tanto dos governos locais quanto do governo federal. Conforme Souza (2021), a responsabilidade fiscal é um elemento crucial para manter a estabilidade econômica do país, pois impede a geração de déficits estruturais que poderiam comprometer a capacidade do Estado de realizar investimentos futuros.

2.1.3 Relação Entre Educação Financeira e Responsabilidade Fiscal

A inter-relação entre educação financeira e responsabilidade fiscal é evidente, pois ambos os conceitos tratam da gestão responsável dos recursos financeiros, seja no âmbito individual ou coletivo. Enquanto a educação financeira foca na capacitação do cidadão para gerenciar suas finanças pessoais, a responsabilidade fiscal exige que os gestores públicos mantenham um rigoroso controle das contas públicas.

Sousa (2022) destaca que a educação financeira de qualidade pode influenciar positivamente a cultura fiscal de uma nação, ao formar cidadãos mais conscientes dos impactos de políticas econômicas e fiscais. Ao entender a importância de tributos, orçamentos e a destinação de recursos públicos, os cidadãos podem cobrar maior transparência e responsabilidade dos governantes, contribuindo para uma democracia mais participativa e robusta.

Do ponto de vista jurídico, a responsabilidade fiscal é fundamental para garantir a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios da administração pública, incluindo a legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais estão diretamente relacionados à boa governança financeira (Brasil, 1988). A LRF reforça esses princípios ao estabelecer sanções para os gestores que descumprirem os limites fiscais.

A educação financeira, por sua vez, não possui uma regulamentação jurídica específica no Brasil, mas vem ganhando relevância no contexto de políticas públicas, principalmente após a inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018. Essa medida visa fomentar a alfabetização financeira desde a educação básica, preparando os jovens para enfrentarem os desafios financeiros da vida adulta (Ministério da Educação, 2018).

Portanto, tanto a educação financeira quanto a responsabilidade fiscal são fundamentais para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. A educação financeira forma indivíduos mais preparados para tomar decisões conscientes, enquanto a responsabilidade fiscal assegura uma gestão pública equilibrada e transparente, ambos contribuindo para a estabilidade econômica e social do país.

2.2 Benefícios fiscais e deduções no Imposto de Renda: um caminho para o equilíbrio financeiro.

O Imposto de Renda (IR) é um tributo federal essencial para a arrecadação de recursos que sustentam políticas públicas e programas sociais no Brasil. Ele incide sobre rendimentos e proventos, adotando um caráter progressivo para promover maior justiça social: quem ganha mais, contribui proporcionalmente mais. Parte do valor arrecadado é destinada à União, estados e municípios, além de programas estratégicos voltados para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Moratto, 2023). Contudo, além de seu impacto social, o IR também oferece benefícios individuais, especialmente por meio de deduções e possibilidades de organização financeira.

Um dos principais atrativos para declarar o Imposto de Renda é a restituição de valores. Quando há retenções na fonte — como em salários, aluguéis e investimentos —, o contribuinte pode reaver parte ou a totalidade desses valores, dependendo das deduções aplicáveis (Sutto, 2024). Esse recurso torna-se um incentivo para que os contribuintes acompanhem de perto suas finanças e garantam o correto preenchimento da declaração.

A declaração do IR se destaca como um importante comprovante de renda, utilizado amplamente em solicitações de crédito e financiamentos imobiliários. Bancos e instituições financeiras recorrem ao documento para avaliar a capacidade de pagamento dos solicitantes, o que, em casos positivos, pode resultar em condições mais favoráveis, como taxas de juros reduzidas (Sutto, 2024; Santos, 2024). Além disso, é comum sua utilização como documentação para aluguéis de imóveis e processos de solicitação de vistos, demonstrando sua relevância além das fronteiras nacionais.

Ao preparar a declaração, o contribuinte é levado a revisar detalhadamente suas movimentações financeiras, como rendimentos, dívidas e investimentos. Esse processo funciona como um "check-up financeiro", permitindo a análise do crescimento ou

redução do patrimônio líquido. Com esses dados, o contribuinte pode avaliar a necessidade de ajustes nas suas estratégias financeiras, promovendo maior equilíbrio entre gastos e rendimentos (Santos, 2024).

Outro benefício relevante do IR são as deduções permitidas pela legislação, como gastos com saúde, educação e dependentes. Essas deduções têm um papel duplo: por um lado, reduzem o montante a pagar ou aumentam a restituição; por outro, incentivam comportamentos que contribuem para o bem-estar das famílias, como o investimento em educação e o acesso a serviços de saúde de qualidade.

Para enfatizar os principais benefícios de declarar o Imposto de Renda, o Quadro 1 sintetiza as vantagens associadas a essa prática. Além de ser uma obrigação legal, a declaração do IR pode ser um instrumento valioso para organização financeira e planejamento, além de proporcionar oportunidades e vantagens em diversos contextos.

Quadro 1: Benefícios de Enviar o Imposto de Renda

| Benefício | Descrição |
|---------------------------|--|
| Comprovante de renda | Facilita a comprovação de renda para autônomos, profissionais liberais e proprietários de negócios, auxiliando na obtenção de crédito junto a bancos e operadoras. |
| Emissão de visto | Exigida em processos de solicitação de vistos, a declaração comprova capacidade financeira para se manter no exterior durante o período da viagem. |
| Comprovante de patrimônio | Permite justificar e comprovar a posse de bens, como imóveis e veículos, fornecendo um panorama da situação patrimonial do contribuinte. |
| Restituição de imposto | Possibilita ao contribuinte reaver valores pagos a mais durante o ano, seja por retenções na fonte ou descontos excessivos. |

(Fonte: Almeida, 2021)

O Imposto de Renda, frequentemente percebido apenas como uma obrigação legal, possui um potencial significativo para beneficiar financeiramente os contribuintes. A restituição de valores, as possibilidades de dedução e a oportunidade de revisar a saúde financeira são elementos que reforçam a importância de uma gestão fiscal consciente. Paralelamente, ao declarar corretamente, os contribuintes fortalecem a arrecadação governamental, essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, o

IR se consolida como um instrumento não apenas de justiça social, mas também de equilíbrio financeiro individual.

2.3 Penalidades pela não declaração do imposto de renda: impactos legais e econômicos.

A Declaração do Imposto de Renda (IR) é um dos pilares do sistema tributário brasileiro, essencial para a manutenção dos serviços públicos e a organização econômica do país. No entanto, o não cumprimento dessa obrigação legal pode gerar uma série de sanções, desde multas financeiras até consequências administrativas graves, como bloqueio de CPF e impedimentos em transações financeiras. Em casos extremos, a omissão pode configurar crime de sonegação fiscal, sujeitando o contribuinte a penalidades mais severas, como detenção e pagamento de multas elevadas.

Segundo Cordeiro (2024), "uma dor de cabeça daquelas" é a melhor forma de descrever o que acontece quando o contribuinte falha em cumprir os prazos estabelecidos pela Receita Federal. Mesmo com quase três meses de prazo para a entrega, muitos deixam para última hora, como demonstrado em 2023, quando cerca de 4 milhões de pessoas ainda não haviam declarado até a última semana de maio.

Os impactos financeiros começam com multas por atraso. De acordo com Moratto (2024), a penalidade mínima é de R\$ 165,74, podendo chegar a 10% ao mês sobre o imposto devido, limitado a 20% do valor total. Cordeiro (2024) reforça que, quanto maior o atraso na regularização, maior será o prejuízo financeiro, tornando a regularização uma prioridade para evitar maiores dores de cabeça.

Além das multas, a Receita Federal pode incluir o contribuinte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), uma base de inadimplentes de órgãos públicos. Essa inscrição prejudica a credibilidade financeira e pode inviabilizar transações importantes, como a abertura de contas bancárias e a obtenção de crédito (Moratto, 2024).

Outro impacto significativo é o bloqueio do CPF, que afeta diretamente a vida do cidadão. Conforme detalha Cordeiro (2024), o CPF irregular ou bloqueado impede o acesso a serviços essenciais, como emissão de passaporte, participação em concursos públicos, recebimento de aposentadoria e até mesmo movimentações financeiras básicas,

como transações no Pix. Moratto (2024) complementa que o CPF irregular também limita operações imobiliárias e restringe a emissão de cartões de crédito.

Quando o contribuinte não apresenta a declaração, a Receita Federal pode iniciar uma análise mais detalhada das suas movimentações financeiras, conhecida como malha fina. Nessa etapa, são investigadas possíveis inconsistências e omissões. Em casos de omissão intencional para evitar o pagamento de impostos, o contribuinte pode ser acusado de sonegação fiscal. Segundo Cordeiro (2024), as penas incluem detenção de seis meses a dois anos, além de multa de até cinco vezes o valor do imposto devido.

Moratto (2024) enfatiza que, em situações graves, onde há comprovação de fraude, o contribuinte pode enfrentar investigações mais rigorosas, que podem culminar em prisão. Essas medidas têm como objetivo proteger a integridade do sistema tributário e assegurar o cumprimento das obrigações fiscais.

Quadro 2 – Consequências da Não Declaração do Imposto de Renda

| Consequência | Descrição |
|----------------------------|--|
| Multa | Penalidade financeira mínima de R\$ 165,74, podendo atingir 20% do imposto devido, acumulando juros e correção monetária. |
| Bloqueio de CPF | Impede acesso a serviços essenciais, como abertura de contas bancárias, financiamentos, emissão de passaportes e matrículas em instituições de ensino. |
| Inclusão no Cadin | Listagem como inadimplente em órgãos públicos, comprometendo a credibilidade financeira e o acesso a financiamentos. |
| Sonegação Fiscal | Pode acarretar prisão de dois a cinco anos, além de multas significativas, especialmente em casos de omissão intencional de informações financeiras. |
| Danos ao perfil de crédito | Prejudica a análise de crédito por instituições financeiras, dificultando financiamentos e investimentos, além de causar danos à reputação financeira do contribuinte. |
| Perda de tempo | Processo de regularização complexo, com impacto no planejamento pessoal e financeiro. |

Fontes: Almeida, 2021; Cordeiro, 2024; Moratto, 2024

As penalidades pela não declaração do imposto de renda são amplas, abrangendo desde prejuízos financeiros até consequências legais severas. Essa realidade evidencia a

importância de cumprir os prazos estabelecidos pela Receita Federal para evitar prejuízos econômicos e limitações sociais significativas. O cumprimento da obrigação fiscal é, portanto, uma responsabilidade fundamental para a estabilidade pessoal e para a manutenção de um sistema tributário justo e eficiente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

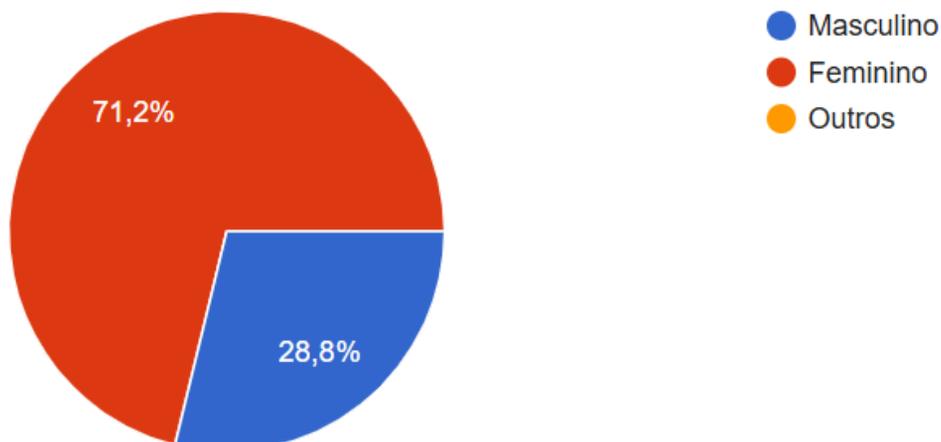
A pesquisa de campo desempenha um papel fundamental no processo de investigação científica, pois possibilita a obtenção de dados concretos diretamente de um público-alvo, permitindo análises mais próximas da realidade. Com base nessa premissa, foi realizada uma pesquisa de campo para compreender a relação da população com as regras do Imposto de Renda (IR) e sua percepção sobre a importância da educação financeira no cumprimento das obrigações fiscais.

O estudo foi conduzido com respondentes de diferentes perfis etários e sexuais, utilizando-se de um questionário estruturado na plataforma Google Forms. As sete questões incluídas abordaram temas como conhecimento sobre as regras do IR, aproveitamento de benefícios fiscais, experiências com restituições e penalidades, e a relação entre educação financeira e as obrigações fiscais. A metodologia buscou alcançar uma amostra diversificada, oferecendo uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades relacionados ao tema.

A análise dos dados coletados permitiu observar o perfil dos participantes e identificar fatores que influenciam diretamente o cumprimento das obrigações fiscais. As respostas refletem não apenas o nível de conhecimento sobre o IR, mas também a forma como a educação financeira pode impactar práticas fiscais e o aproveitamento de incentivos e deduções.

Os resultados obtidos a partir do levantamento realizado demonstram informações relevantes sobre o perfil dos respondentes e seus comportamentos relacionados ao Imposto de Renda (IR), destacando tendências, desafios e lacunas no conhecimento tributário. A seguir, os resultados são discutidos de forma detalhada, com foco na conexão entre as variáveis e suas implicações.

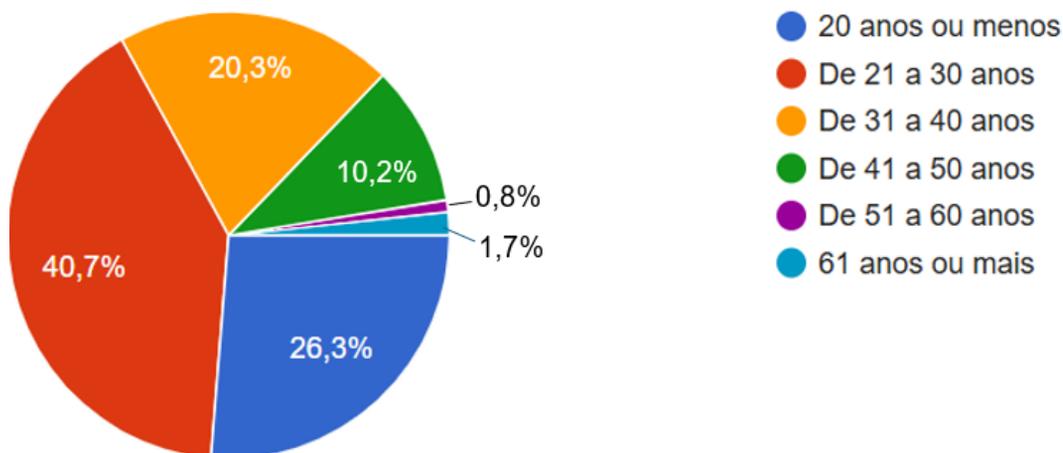
Gráfico 1: Distribuição dos respondentes por sexo



Fonte: Autores 2024

Os dados mostram que a maioria dos respondentes é do sexo feminino (71,2%), enquanto os homens representam 28,8%. Essa diferença pode indicar maior engajamento das mulheres na pesquisa, ou uma predominância feminina no público-alvo abordado.

Gráfico 2: Faixa etária dos respondentes

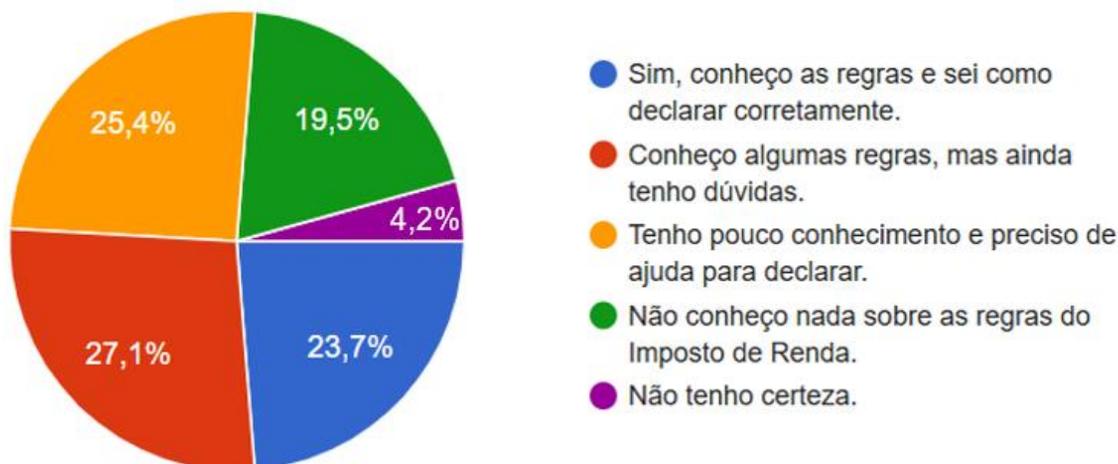


Fonte: Autores 2024

A maior concentração de participantes está na faixa etária de 21 a 30 anos (40,7%), seguida por aqueles com 20 anos ou menos (26,3%). Respondentes acima de 31 anos representam uma parcela menor (31,2%), com destaque para a baixa participação de

peças acima de 51 anos (2,5% no total). A concentração de jovens pode influenciar no nível de conhecimento apresentado, dada sua menor vivência com obrigações fiscais.

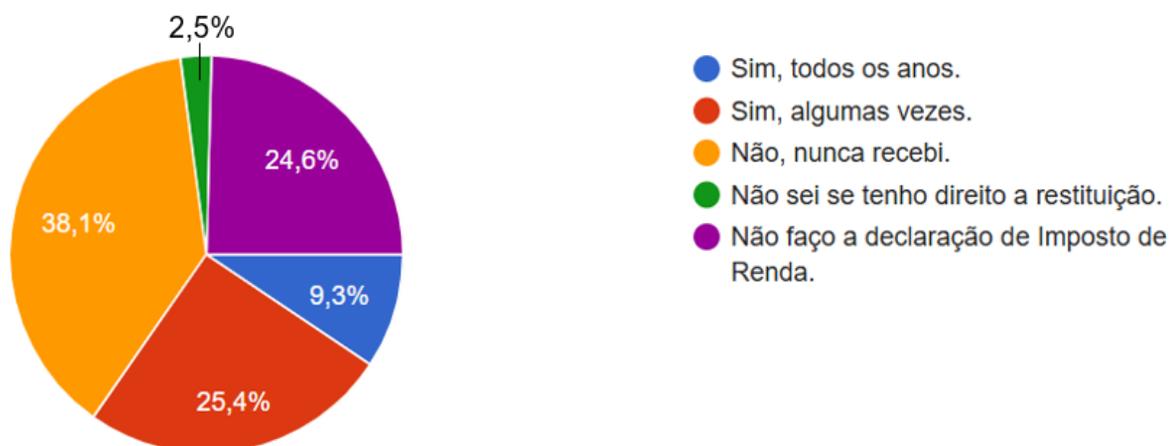
Gráfico 3: Nível de conhecimento sobre o imposto de renda



Fonte: Autores 2024

Apenas 23,7% dos respondentes afirmam conhecer suficientemente as regras do IR. A maioria possui conhecimento parcial (27,1%) ou limitado (25,4%), e 19,5% não sabem nada sobre o tema. Essa lacuna reflete uma necessidade clara de programas de educação financeira voltados para a capacitação fiscal.

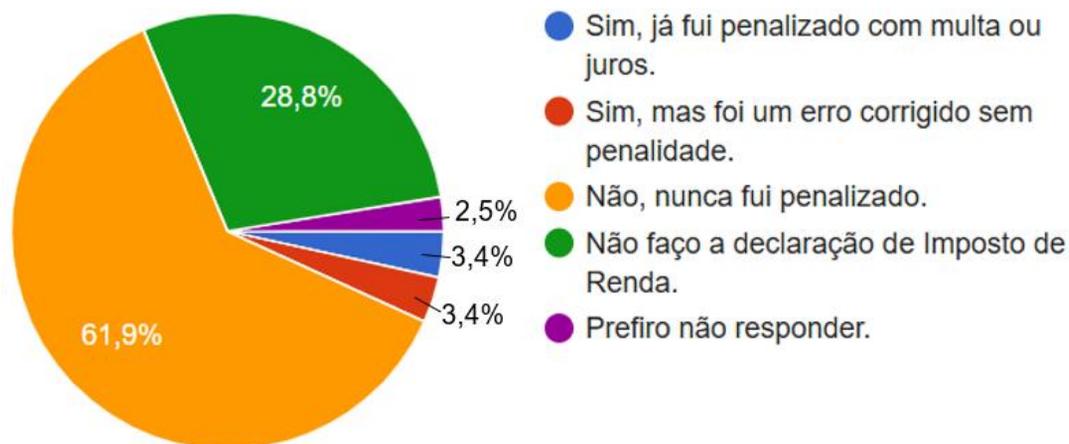
Gráfico 4: Frequência de recebimento de restituição do imposto de renda



Fonte: Autores 2024

38,1% dos participantes nunca receberam restituição, enquanto 24,6% não realizam a declaração. Apenas 9,3% recebem restituições anualmente. Esse dado reflete uma subutilização dos benefícios fiscais disponíveis e a possibilidade de erros ou omissões no preenchimento das declarações.

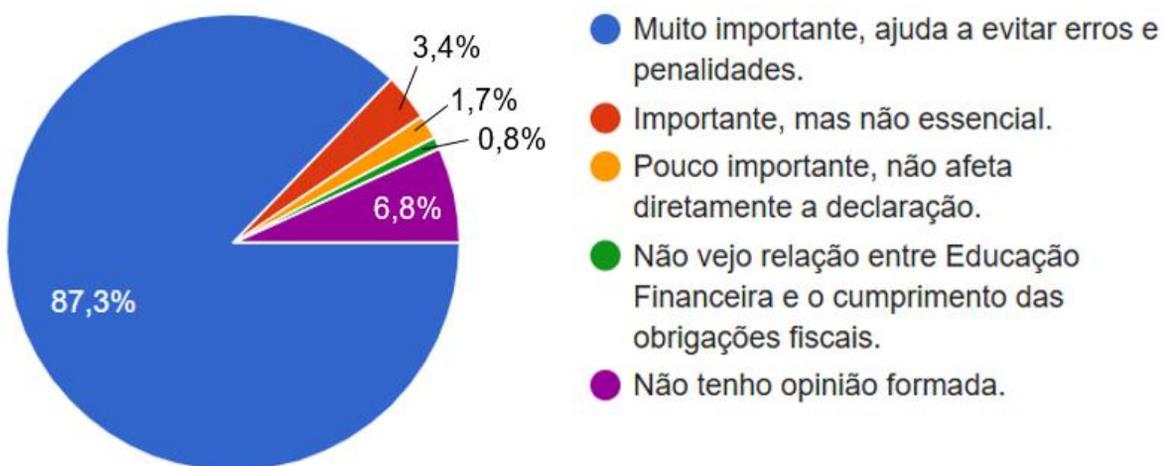
Gráfico 5: Incidência de penalidades no imposto de renda



Fonte: Autores 2024

A maioria (61,9%) nunca foi penalizada, e 28,8% não fazem a declaração. Casos de penalidades com multa ou juros são mínimos (3,4%). Esses resultados mostram que, apesar da baixa incidência de penalidades, um número significativo de pessoas (cerca de 30%) não está cumprindo suas obrigações fiscais.

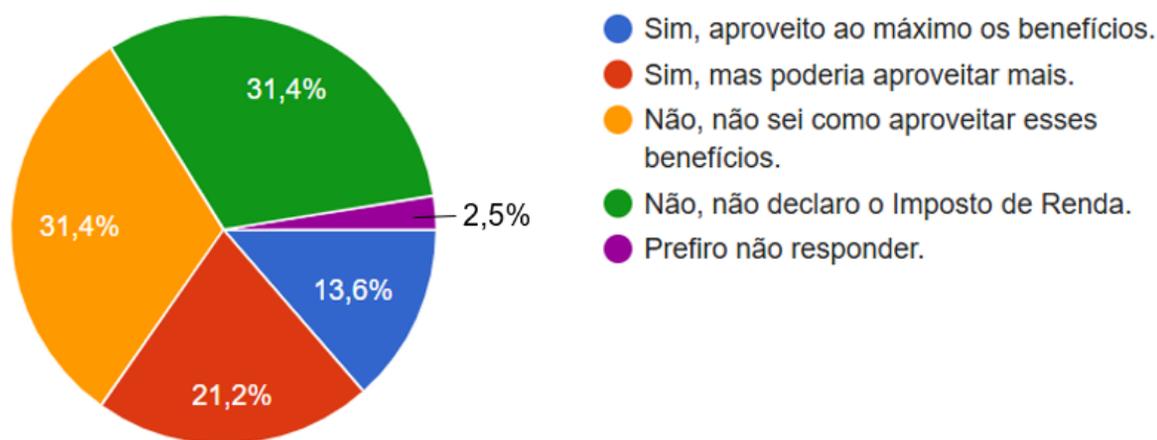
Gráfico 6: Percepção da importância da educação financeira para obrigações fiscais



Fonte: Autores 2024

A maioria esmagadora (87,3%) reconhece a importância da educação financeira para evitar erros e penalidades, o que reforça a necessidade de programas educacionais amplos e acessíveis. Apenas 0,8% não enxergam relação entre educação financeira e o cumprimento das obrigações fiscais.

Gráfico 7: Aproveitamento dos benefícios fiscais do imposto de renda



Fonte: Autores 2024

Mais de 60% dos participantes não aproveitam os benefícios fiscais (31,4% não sabem como e 31,4% não declaram). Apenas 13,6% relatam aproveitar ao máximo os incentivos, destacando mais uma vez a falta de conhecimento e orientação nesse campo.

Os dados apresentados revelam uma interação interessante entre o perfil dos respondentes, seu nível de conhecimento sobre o Imposto de Renda e o aproveitamento dos benefícios fiscais. A predominância de jovens adultos, especialmente na faixa etária de 21 a 30 anos, coincide com a percepção de baixo ou parcial conhecimento sobre as regras do IR. Essa relação sugere que a falta de experiência com as obrigações fiscais pode ser um fator limitante na compreensão e no aproveitamento pleno dos incentivos e deduções disponíveis.

Apesar de uma maioria expressiva reconhecer a importância da educação financeira, observa-se que essa conscientização ainda não se traduz em práticas efetivas, como a maximização dos benefícios fiscais. Esse descompasso indica uma lacuna entre o reconhecimento da relevância do tema e a aplicação prática do conhecimento adquirido. Além disso, o fato de uma parcela considerável dos respondentes não realizar a declaração

do IR limita o acesso a restituições e reforça a necessidade de programas educativos voltados para esse público.

A baixa incidência de penalidades reflete um cenário onde a maioria dos que declaram o IR o fazem corretamente ou não são auditados. Entretanto, a significativa porcentagem de pessoas que não declaram, combinada com o desconhecimento sobre direitos e benefícios, aponta para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e educativa. Essa abordagem deveria focar em grupos jovens e em pessoas com menor experiência tributária, incentivando tanto o cumprimento das obrigações quanto o aproveitamento dos benefícios disponíveis.

4. CONCLUSÃO

Este estudo investigou a relação entre a educação financeira e o Imposto de Renda (IR), destacando os benefícios sociais e as penalidades associadas à omissão ou atraso na declaração. Os resultados demonstraram que o IR, além de ser uma ferramenta essencial para a arrecadação de recursos públicos e a promoção da justiça social, enfrenta desafios significativos relacionados à compreensão e adesão dos contribuintes. A complexidade do sistema tributário, combinada com o baixo nível de conhecimento sobre regras, benefícios e prazos, contribui para um cenário onde grande parte da população não aproveita as deduções disponíveis e, muitas vezes, se expõe a sanções financeiras e administrativas.

O problema de pesquisa foi orientado pela necessidade de compreender os impactos da falta de informação sobre o IR. A hipótese, que previa que a ausência de conhecimento e erros na declaração levariam a multas, bloqueio de CPF e outras penalidades, foi confirmada pelos resultados da pesquisa empírica.

Os dados mostraram que apenas uma pequena parcela dos contribuintes tem domínio suficiente sobre o tema, enquanto a maioria demonstra desconhecimento, o que limita a utilização dos benefícios fiscais e aumenta a vulnerabilidade a sanções.

A fundamentação teórica reforçou o papel do IR como um mecanismo redistributivo e essencial para o financiamento de políticas públicas. Contudo, também evidenciou críticas relacionadas à progressividade do sistema e à falta de acessibilidade das informações para a população.

A análise dos resultados empíricos complementou essa visão, ao apontar que a maioria dos respondentes reconhece a importância da educação financeira, mas não consegue aplicá-la de forma prática na gestão fiscal, o que impede o aproveitamento pleno das oportunidades oferecidas pelo sistema tributário.

Com base nessas reflexões, a proposta deste trabalho é que sejam implementadas ações concretas para fortalecer a educação fiscal no Brasil. Programas de capacitação em educação financeira, com ênfase nas regras e benefícios do IR, devem ser disseminados em escolas, universidades e plataformas digitais acessíveis. Além disso, a simplificação do sistema tributário e a ampliação de campanhas de conscientização podem facilitar o entendimento e a adesão dos contribuintes. A integração de tecnologia para tornar a declaração mais intuitiva e eficiente também é uma estratégia promissora.

Conclui-se que a relação entre educação financeira e o Imposto de Renda é central para o fortalecimento da responsabilidade fiscal e a promoção de maior equidade no sistema tributário brasileiro. O aumento da transparência e do acesso à informação pode transformar a percepção do IR, não apenas como uma obrigação, mas como uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do país e melhorar a gestão financeira individual. Essa integração é fundamental para alcançar um sistema fiscal mais justo, eficiente e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **Por que declarar o imposto de renda: benefícios e riscos!** 2021. Disponível em: <https://www.almeidascontabil.com.br/imposto-de-renda-beneficios-e-riscos/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

BANCO CENTRAL. **Moedas virtuais**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/moedas-virtuais-criptomoedas-ou-criptograficas>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

CORDEIRO, S. **Quais as consequências de não declarar o Imposto de Renda?** 2024. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2024/02/08/pro/quais-as-consequencias-de-nao-declarar-o-imposto-de-renda/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOV.BR. **Multa por atraso.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/multa>. Acesso em: 30 out. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

MORATTO, J. **Imposto de Renda: como é feito o cálculo e para onde vai o dinheiro arrecadado?** 2023. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/55329/ir-para-onde-vai-o-dinheiro-arrecadado/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MORATTO, J. **IR 2024: quais as consequências para quem não declarar o Imposto de Renda?** 2024. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/63760/ir-2024-o-que-acontece-com-quem-nao-declara>. Acesso em: 25 nov. 2024.

OLIVEIRA, J. M. O impacto da educação financeira na vida adulta. **Revista de Economia e Finanças**, v. 35, n. 2, p. 45-60, 2020.

SANTOS, J. P. **Conheça 5 benefícios ocultos de fazer a Declaração do Imposto de Renda**, 2024. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/noticias/imposto-de-renda/conheca-5-beneficios-ocultos-de-fazer-a-declaracao-do-imposto-de-renda/>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, A. P. **Educação financeira e planejamento familiar.** São Paulo: Editora Finanças, 2019.

SOUSA, R. L. Educação financeira e sua influência na cultura fiscal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 40, n. 1, p. 95-110, 2022.

SOUZA, M. C. A importância da responsabilidade fiscal para a estabilidade econômica. **Revista de Direito Econômico**, v. 29, n. 4, p. 110-125, 2021.

SUTTO, G. **IR 2024: para onde vai e para que serve o dinheiro pago pelos contribuintes?** 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/ir-2024-onde-vai-para-que-serve-dinheiro-pago-contribuintes/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SUTTO, G. **Restituição, acesso ao crédito e viagem: declarar IR mesmo sem precisar tem benefício**, 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/restituicao-acesso-ao-credito-e-viagem-declarar-ir-mesmo-sem-precisar-tem-beneficio/>. Acesso em: 08 nov. 2024.